

John Reed prevê que acordo possa sair dentro de duas a três semanas

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O presidente do Citicorp e do Citibank, John Reed, saiu ontem dos encontros que teve em Brasília com o presidente da República e com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, convencido de que o Brasil tem condições de fechar em breve um acordo com os bancos credores privados, e previu que isto poderá acontecer dentro de duas ou três semanas. "Achamos que o plano econômico do governo pode chegar a um sucesso", disse ele.

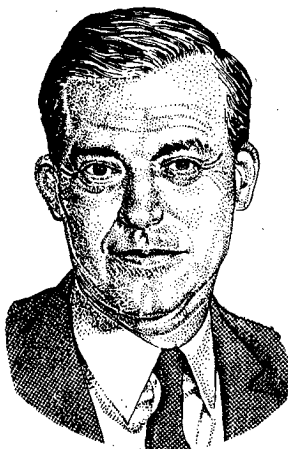
Nem todos os detalhes relacionados à questão das garantias — "enhancements" — envolvidas no entendimento estão acertados e há ainda dúvidas por parte de alguns bancos credores sobre as perspectivas econômicas do Brasil. Reed acha, no entanto, que a posição do Citibank com relação ao País terá o efeito de sinalizar o comportamento dos demais bancos: "É importante sabermos o que está acontecendo no Brasil e isto tem influência não só sobre os bancos mas também sobre o comportamento do G-7 (grupo que reúne os sete maiores países industrializados), porque precisamos saber que papel estes países querem ou podem jogar com relação ao Brasil", atestou ele a este jornal logo após ter visitado a Telebrás, seu último compromisso em Brasília.

O vice-presidente internacional do Citibank, William Rhodes, veio de Nova York diretamente para participar das audiências com o presidente Collor e com o ministro Marcílio Marques Moreira. Rhodes manteve contato por telefone com o negociador da dívida, Pedro Malan, e o diretor da área internacional do Banco Central, Arminio Fraga Neto, em Nova York.

"NEW MONEY BOND"

"Foi um almoço de trabalho", resumiu Reed, atestando que a oportunidade serviu para que fosse feita uma revisão completa em todos os pontos de discussão.

A este jornal, o presidente do Citibank confirmou que o Brasil apresentou novas condições, tornando mais atrativo o "new money bond" — bônus de dinheiro novo —, de modo a conseguir uma adesão significativa por parte dos



John Reed

bancos credores a este tipo de papel. O interesse da parte dos bancos por aquele título é indispensável para o País fechar o pacote de recursos das garantias. A última posição que Malan havia apresentado na mesa de negociações previa que, para o valor de principal da dívida velha transformada em bônus de dinheiro novo, o banco credor se comprometeria com uma taxa de chamada de dinheiro novo — "rate of new money call" — de 20%. Este per-

centual é uma das fontes de aporte de recursos com as quais o País conta para complementar os "enhancements", junto com os recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das reservas internacionais do País.

O papel vai pagar a taxa da "Libor" (praticada no interbancário de Londres) mais um "spread" (taxa de risco) de 0,875%, o mais alto de todos os instrumentos que o Brasil se propõe a oferecer aos bancos. Do ponto de vista do Citibank, conforme colocou Reed a este jornal, o "new money bond" ficou "muito atrativo". Ele indicava que o seu banco poderá optar por aquele título brasileiro e lembrou que, no caso do México, o Citibank foi o único banco credor a aderir ao projeto de dinheiro novo. Mesmo com a melhor atratividade do papel, e a despeito de considerar que a adesão será expressiva, Reed acha que não chegará a US\$ 1 bilhão o valor dos "enhancements" originário daquele papel. O Citibank é o principal banco credor privado internacio-

nal do Brasil, com crédito no valor de US\$ 3,4 bilhões.

INTERESSE NA TELEBRÁS

Os representantes do governo brasileiro e o Comitê Assessor de Bancos Credores já começaram a redigir os rascunhos da minuta de entendimento que vai contemplar o esquema inédito de "phase-in" — entrada por etapas —, mas Reed lembra que é preciso definir como será feita a alocação dos recursos destinados às garantias e o fechamento do acordo, sabendo-se que dois títulos — "o par bond" e o "discount bond" — vão oferecer garantia de principal e de juros, e que um terceiro título — "o front loaded interest reduction bond" — tem garantia de juros.

Reed fez pela primeira vez, nessa viagem, uma visita à Telebrás, um dos dez maiores clientes do Citi no Brasil. Ele confessou que o banco se sentiria atraído por uma eventual privatização da empresa, mas ressaltou que há impedimentos constitucionais ao processo. O Citi está envolvido na privatização das telecomunicações na América Latina, como comprador de ações ou assessor.